



PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COLEGIADO TERRITORIAL: UM DESAFIO PARA SOCIEDADE CIVIL

Seonária Costa Santana ¹

Alane Amorim Barbosa Dias²

Anderson Moreira de Jesus³

Cláudio Costa Santana⁴

1 Mestranda em Extensão Rural, Universidade Federal Vale do São Francisco-UNIVASF, narinha.costa1@gmail.com, Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9874644453836023>

2 Mestranda em Extensão Rural, Universidade Federal Vale do São Francisco-UNIVASF, alane.a@hotmail.com,

3 Mestrando em Extensão Rural, Universidade Federal Vale do São Francisco-UNIVASF, amjmoreiraurfb@gmail.com,

4 Graduado em Matemática, Instituto Federal do Pará-IFPA, ghothe@hotmail.com

O presente trabalho visa apresentar os principais fatores que impossibilitam a participação efetiva e assídua das instituições/organizações que se enquadram no segmento denominado de sociedade civil, seja na composição, bem como nas ações do colegiado territorial no Vale do Jiquiriçá - BA, já que este tem um papel fundamental como instância de controle social e gestão participativa para o Estado da Bahia. No entanto, para que se tenha um bom funcionamento de forma eficaz, se faz necessária a inteira participação da sociedade civil, que por sua vez deve ser apoiada pelas instâncias governamentais (poder público nas 3 instâncias), possibilitando o fortalecimento das ações que promovam o desenvolvimento social local, regional e territorial. Através da pesquisa-ação, metodologia utilizada para realização deste trabalho, foi possível identificar os fatores que podem ser os causadores do esvaziamento nos espaços sociais, e as possíveis ferramentas para solucionar os gargalos encontrados. Os colegiados territoriais através de suas instâncias que discutem diversos temas considerados relevantes para sociedade no geral, tanto para o meio urbano quanto para o rural, são espaços considerados de poder, de reivindicações de direitos, validações de deveres, manifestações dos anseios, mediações de conflitos e explicações dos gargalos responsáveis pelas desigualdades sociais. São desses espaços que nascem as pautas para construção de políticas públicas, para criação de programas, de projetos para aquisição de insumos e outras ações capazes de fortalecer o protagonismo social.

Palavras-chave: CODETER. OSCs. Poder Público. Envolvimento Social. Gestão Social.

The present work aims to present the main factors that prevent the effective and assiduous participation of the institutions / organizations that fall into the segment called civil society, either in the composition, as well as in the actions of the territorial collegiate in the Jiquiriçá-BA Valley, since this it has a fundamental role as an instance of social control and participatory management for the State of Bahia. However, in order to have a good functioning in an effective way, it is necessary the full participation of civil society, which in turn must be supported by governmental bodies (public power in the 3 bodies), enabling the strengthening of actions that promote the local, regional and territorial social development. Through action research, the methodology used to carry out this work, it was possible to identify the factors that may be the cause of emptying in social spaces, and the possible tools to solve the bottlenecks found. Territorial collegiates through their bodies that discuss various topics considered relevant to society in general, both for urban and rural areas, are considered spaces of power, of claiming rights, validating duties, expressing concerns, mediating conflicts and explanations of the bottlenecks responsible for social inequality. It is from these spaces that the guidelines for the construction of public policies are born, for the creation of programs, projects for the acquisition of inputs and other actions capable of strengthening social protagonism.

Keywords: CODETER. CSOs. Public Power. Social Involvement. Social Management

El presente trabajo tiene como objetivo presentar los principales factores que impiden la participación efectiva y asidua de instituciones / organizaciones que caen en el llamado segmento de la sociedad civil, ya sea en la composición, así como en las acciones del colegiado territorial en el Valle de Jiquiriçá. - BA, por ello tiene un rol fundamental como instancia de control social y gestión participativa para el Estado de Bahía. Sin embargo, para tener un buen funcionamiento de manera efectiva, es necesaria la participación plena de la sociedad civil, la cual a su vez debe ser apoyada por instancias gubernamentales (autoridades públicas en las 3 instancias), posibilitando el fortalecimiento de acciones que promuevan el desarrollo local, regional y desarrollo social territorial. A través de la investigación-acción, metodología empleada para realizar este trabajo, se logró identificar los factores que pueden ser causantes del vaciamiento en los espacios sociales, y las posibles herramientas para solucionar los cuellos de botella encontrados. Los órganos colegiados territoriales, a través de sus órganos que discuten diversos temas considerados relevantes para la sociedad en general, tanto para el ámbito urbano como rural, son espacios considerados de poder, reivindicación de derechos, validaciones de deberes, manifestaciones de deseos, mediaciones de conflictos y explicaciones de los cuellos de botella responsables de la desigualdad social. Es de estos espacios que nacen las agendas para la construcción de políticas públicas, para la creación de programas, proyectos para la adquisición de insumos y otras acciones capaces de fortalecer el protagonismo social.

Palabras clave: CODETER. OSC. Poder público. Implicación social. Gestión social.

INTRODUÇÃO

A gestão social apresenta-se nas últimas décadas como um diálogo em construção e que apresenta variadas interpretações. Dentre as mais variadas interpretações que podem se delinear a respeito do termo, encontra-se sua atuação quanto à perspectiva da autonomia/poder/independência/autogestão, forma de atuação, protagonismo, operacionalização e processo decisório. Nesses aspectos, a gestão social se apresenta como uma gestão de interesse coletivo e interesse público, protagonizada pela sociedade civil organizada, envolvendo atores públicos, organizacionais e atores sociais, atuando em parcerias e redes em ações sustentáveis e embasadas nas demandas locais.

Assim, para um delineamento expressivo dessa gestão, utiliza-se um princípio ativo assegurado pela Constituição Federal/1988 que é a participação social, em suas esferas representativas de poder. No decorrer dos sucessivos debates sobre a necessidade do envolvimento ativo da sociedade civil na elaboração, implementação e execução de políticas públicas e sociais, a atuação dos atores sociais passa a ser necessária nos espaços públicos de poder, visando refletir de forma equânime ações territoriais e locais.

A participação social, delinea-se nesse construto, de acordo implica Bordenave (2013) como uma demanda indivíduo que se expressa na manifestação do coletivo, elencando a forma como as pessoas se relacionam e as aspirações de controle da própria população. Essa demanda é evidenciada como uma forma de sobreposição do processo de marginalização imposta pelas aspirações individualistas. Assim, a participação social possibilita o desenvolvimento de uma consciência crítica, fortalecendo as implicações da sociedade nas esferas de poder e o acirramento dos embates pela conquista do poder. (BORDENAVE, 2013).

Tomando como base de discussão o Estado da Bahia, é instituído como instrumento de efetivação de uma gestão social eficiente, os colegiados territoriais. O que fomenta os colegiados territoriais em sua maioria é a participação social das

entidades segmentadas como sociedade civil, representadas pelas associações (rurais, mulheres, artesãos, dentre outras), cooperativas, sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos produtivos e outros segmentos que representam a sociedade civil organizada. Isso não significa que em sua composição não possuam entidades do poder público representadas pelas prefeituras (secretarias municipais), Universidades, Institutos Federais bem como órgãos ligados a instâncias estaduais.

Participar das ações colegiadas é de extrema importância para promoção do controle e gestão social de um território, bem como do Estado. Estas ações podem ser descritas como reuniões ordinárias e extraordinárias, reuniões dos comitês e/ou câmaras técnicas, realização de conferências, seminários, oficinas, encontros, intercâmbios, dentre outras atividades que seus resultados, ocasionam na formulação de estratégias para o fortalecimento e o possível desenvolvimento territorial, refletido em formas de projetos, políticas públicas, programas sociais, dentre outros resultados que se mostram através do engajamento das entidades representativas que participam do colegiado.

Por outro lado, é perceptível o esvaziamento da sociedade civil nesses espaços que o comprometem inúmeras vezes, ocasionando a deficiência na execução do que poderia sanar as mazelas identificadas anteriormente nas ações realizadas no território. Na conjuntura política social que se encontra, esse enfraquecimento da participação social é uma vertente para a desconstrução do que se levou anos para erguer-se.

Nesse sentido, conforme implica Bordenave (2013, p. 16), a participação, relaciona-se “[...] à natureza social do homem [...]”, e a ausência desta como pilar de desenvolvimento do sujeito, institui a mutilação do homem social, pois este só consegue possuir um desenvolvimento pleno, num espaço que possibilite e facilite a participação, sendo que uma das formas e efetivar a participação é o diálogo. (BORDENAVE, 2013).

Mas como garantir que estas entidades se façam presentes e atuantes nesses espaços, manifestando seus anseios, elaborando

propostas, cobrando resultados, fiscalizando ações, exercendo seu papel de cidadão? Não é fácil fazer parte de um território composto por 20 (vinte) municípios, com distâncias significativas para deslocamento, onde muitos declaram ser esse um dos vários motivos que dificultam o acesso da população as atividades, as quais segundo a Lei Estadual nº 13.214/2014 (que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia e institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER), deveriam ser custeadas e mantidas pelo Estado e suas instâncias. Sem a organização da sociedade civil e a contrapartida do Estado, fica completamente inviável a participação desses atores nos espaços sociais de cunho coletivo.

Nesse sentido, objetiva-se analisar o processo participativo da sociedade civil no Colegiado Territorial do Vale Jiquiriçá, identificando os principais gargalos apresentados por este para efetivação de sua perspectiva social. Percebe-se que a fragilidade apresentada pela sociedade civil organizada é decorrente do enfraquecimento das formações a nível territorial e da falta de representativa dessa população na esfera pública, bem como a quebra do diálogo existente entre sociedade civil e poder público, na perspectiva de delineamento de territórios/comunidades mais autônomos e sustentáveis.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para base de discussão foi a pesquisa-ação, que segundo Thiollent (1986) é um método de pesquisa social que utiliza como base de desenvolvimento, ações pautadas na demanda coletiva. Como instrumento de execução da metodologia, pautou-se em instrumentos do Diagnóstico Rural Participativo, a citar-se diário de campo, atas, oficinas, seminários, dentre outros.

A pesquisa ocorreu no Colegiado Territorial Vale Jiquiriçá (COTEVAJI), composto por 48 (quarenta e oito) entidades (poder

público e sociedade civil) dos 20 (vinte) municípios que formam o Território, destas entidades vale destacar que atualmente 80% é representado pela sociedade civil, que direta ou indiretamente participam das ações desenvolvidas no colegiado.

Através da participação nas atividades realizadas pelo colegiado (reuniões, palestras, cursos, conferências, intercâmbios, seminários, encontros, feiras, oficinas), bem como a reflexão de forma coletiva sobre as atividades realizadas, foi possível analisar através da observação e de algumas conversas informais com os atores, como se constitui a participação da sociedade civil no território.

Na perspectiva de Thiollent (1986) o desenvolvimento da pesquisa-ação se compreende por diversas fases, desde o período de exploração da problemática até ao feedback à comunidade. O modelo proposto compreende as seguintes fases: exploratória; tema da pesquisa; colocação de problemas; o lugar da teoria; hipóteses; seminário; campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa; coleta de dados; aprendizagem; saber formal/saber informal; plano de ação e divulgação externa.

Segundo Gil (1996, p. 129) “a pesquisa-ação tende a adotar preferencialmente procedimentos flexíveis. Primeiramente porque, ao longo do processo de pesquisa, os objetos são constantemente redefinidos, sobretudo a partir das decisões do seminário”.

A base dialógica da pesquisa-ação (PA) se desenvolve na perspectiva que esta é uma

[...] fonte fecunda de informações que, no mínimo, podem sofrer tratamento analítico de primeira aproximação e subsidiar patamares mais elaborados de análises com a participação de outros sujeitos. Este é um processo que, além de não ser isolado e unidisciplinar, exige um empenho constante do profissional de constantemente colher informações do seu cotidiano de trabalho, analisá-las como suporte às decisões a serem tomadas, discuti-las com seus pares e realizar tentativamente a síntese teórica de seus achados. (PEREIRA, 2005 p.26-27).

A partir dos princípios éticos que norteiam

a pesquisa-ação como as relações democráticas, a participação dos sujeitos, o reconhecimento dos direitos individuais, culturais e étnicos que regem a dinâmica de funcionamento dos grupos, fora possível desenvolvimento de discussões reflexivas e que pautaram novas demandas de atuação para o COTEVAJI. Logo, a construção da pesquisa-ação toma como fundamento a práxis do grupo social, colocando-se em evidência as demandas latentes e seu caráter de criticidade.

Essa metodologia possibilita reflexões coletivas, por possuir em seu formato características investigativas, permitindo assim, que o grupo social possa autoavaliar suas ações e práticas mediante a participação efetiva no que diz respeito à coletividade. Por possuir caráter também democrático, a pesquisa-ação tem contribuído muito para a mudança social, induzindo os atores a sentir-se parte/envolvidos de um processo que lhes permita ter vez, voz e por muitas vezes voto, na cadeia do autoconhecimento, compartilhando suas vivências e experiências, podendo promover ainda, transformações.

CONTEXTUALIZANDO A ESTRUTURA DO COLEGIADO TERRITORIAL VALE DO JIQUIRIÇÁ

Território de Identidade Vale do Jiquiriçá na Bahia possui em sua extensão territorial uma área com cerca de 12.233km², segundo o IBGE (2010). Esta área está ocupada por uma população de 313.678 habitantes, que corresponde a 2,24% da população baiana, sendo 134.176 sujeitos localizados na área rural e 179.502 na área urbana. O Território que é cortado pelo Rio Jiquiriçá que também dá nome a uma das cidades, bem como ao próprio território, é composto por vinte municípios quais sejam (Figura 1): São Miguel das Matas, Elísio Medrado, Amargosa, Milagres, Brejões, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Maracás, Itiruçu, Lafaiete Coutinho, Lajedo Tabocal, Planaltino, Irajuba, Nova Itarana.

FIGURA 1 TERRITÓRIO DO VALE DO JIQUIRIÇÁ



Fonte: SEI (2012).

Mediante a implantação da Política Territorial em 2004, foram criados os colegiados territoriais, que na Bahia totalizam 27. Ao longo desses anos, os colegiados passaram por diversas adequações estruturais para seu melhor funcionamento, é nesse espaço que acontecem as discussões, planejamentos das ações e deliberações de políticas públicas.

Cada Território possui um documento norteador criado com a participação dos membros efetivos do colegiado. O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS), sendo este um instrumento permanente de planejamento, análise, avaliação e construção do desenvolvimento sustentável, aberto a revisão e atualização frequentes, para que possa incorporar os avanços necessários em consonância com a conjuntura de cada momento específico, de modo a permitir aos atores locais participação efetiva e controle das políticas necessárias e prioritárias ao Território. O PTDRS marca o início da construção de um amplo debate com a sociedade civil organizada e o poder público, como também o princípio de uma longa caminhada em busca do tão sonhado desenvolvimento com participação de todos, fruto dos esforços de agricultores, dirigentes, lideranças, técnicos (as) envolvidos neste trabalho, objetivando redirecionar e protagonizar as políticas estruturantes evidenciando o verdadeiro desenvolvimento territorial.

Os debates instituídos para a promoção do

desenvolvimento no contexto rural e urbano tinham na sua estrutura a participação social, como tentativa de construção de um planejamento intersetorial e descentralizado, a partir de uma rede intermunicipal.

Essas estratégias de desenvolvimento territorial buscaram a compreensão e a articulação dos sujeitos sociais de uma determinada região para que possam construir políticas que promovam o aumento da riqueza produzida, a distribuição mais equitativa dos benefícios gerados desta riqueza e sua sustentabilidade ao longo do tempo. A formação de um ambiente de organizações sociais e econômicas articuladas em torno de contratos de desenvolvimento territorial estimula a cooperação e criam ambientes institucionais mais favoráveis para ampliação ao mercado de produtos e maior capacidade de inovação. Existe, portanto, a necessidade de construção de uma estratégia voltada para fortalecer e estimular relações de cooperação, fator essencial para a sustentabilidade dos processos de Desenvolvimento Territorial.

A dinâmica de trabalho esperada é voltada para a construção de condições para o fortalecimento do tecido social, em que o exercício da convivência, de forma mais sistemática, os laços de solidariedade são fortalecidos e que podem contribuir para o desenvolvimento territorial. A articulação de contratos em ambientes territoriais, seja em redes e fóruns, tem sido apontada por estudiosos como um dos aspectos de fortalecimento da sua ação econômica, da intervenção e participação social e política. Dessa forma, as novas formas de organização no intuito de fortalecer as capacidades de intervenção, a ação coletiva e emancipatória dos sujeitos sociais, (re) criam e fortalecem os laços entre si e vivenciam a experimentação de novas dinâmicas participativas na gestão de seus territórios.

No Território Vale do Jiquiriçá, o colegiado territorial é formado pelas instâncias Plenária, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico e Câmaras Técnicas, conforme consta no Regimento Interno do colegiado revisado em abril de 2016.

Por plenária compreende-se o órgão colegiado superior. Atualmente é formada por 48

(quarenta e oito) instituições sendo 12 (doze) poder público e 36 (trinta e seis) da sociedade civil, elas fazem parte dos municípios existentes no território, as entidades executivas que a forma, é responsável pela tomada de decisão, tendo direito a vez, voz e voto. De acordo com o regimento interno, a composição das instâncias do Colegiado deverá ser representativa, diversa e plural dos atores sociais relacionados à promoção do desenvolvimento sustentável do Território, e contemplar as questões culturais, gênero, raça, etnia e gerações, garantindo a participação das organizações que representam interesses e demandas, tais como organizações de: crédito fundiário, assentamentos, quilombolas, mulheres, jovens e pessoas com deficiência, dentre outras. (COTEVAJI, 2016).

O núcleo diretivo é formado por 08 (oito membros), quatro titulares e quatro suplentes, estes são escolhidos pela plenária para representação institucional, no que lhe compete representar a institucionalidade territorial; Coordenar as ações do colegiado, articulando atores para a construção e implementação do Plano Territorial e projetos específicos; Acompanhar as ações do(a) Agente de Desenvolvimento Territorial - ADT; Elaborar a ficha-resumo para encaminhamento de propostas de projetos; Receber antecipadamente as propostas de projetos das entidades pertencentes ao Território; Fortalecer as articulações entre as entidades do Território. (COTEVAJI, 2016).

As Câmaras Técnicas são constituídas para auxiliar o colegiado em debates de temas específicos ou abrangentes do processo de desenvolvimento. Esta constituição é feita observando a participação de cada município que compõe o Território. As câmaras existentes no colegiado discutem temáticas relacionadas às Mulheres, Agricultura e Meio Ambiente, Juventude, Cultura e Educação. (COTEVAJI, 2016).

As atividades desenvolvidas pelo território são muitas, visto que esta instância não dispõe de recursos para execução de suas ações, por ser um ente sem fins lucrativos e não possuir personalidade jurídica, o CODETER fica à mercê de apoios e contribuições de algumas entidades parceiras, porém até onde se sabe

deveria ser custeada pelo governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento - SEPLAN como rege o artigo 16 da Lei 12.214 da Política de Desenvolvimento Territorial.

Visando melhor funcionalidade do CODETER, em 2004 foi constituída a Coordenação Estadual dos Territórios (CET), que segundo DIAS (2016) está encarregada de fortalecer essa articulação institucional e representar os Territórios junto ao Governo Federal e Estadual, no sentido de manter o diálogo ativo em torno da execução da política pública de desenvolvimento territorial.

Numa dimensão crítica sobre a criação dos CODETERs, Rios (2018, p. 245) destaca que:

Nada obstante tenham sido criados o Cedeter, os Codeter's e a Cappa como órgãos/agentes de construção de agenda de políticas públicas com destacada participação social, essas novas institucionalidades não têm uma clara definição de fomento à dimensão substantiva da cidadania, revelando ausência de expedientes aptos a sanar a incipiente e pouco qualificada participação da sociedade nesses foros e temas.

Através da comissão executiva da CET é possível acompanhar a evolução das ações nas negociações das diversas instituições públicas, este dispõe de um Agente de Desenvolvimento Territorial - ADT, que é um profissional vinculado a Diretoria de Planejamento Territorial-DPT pela SEPLAN atuando diretamente nos territórios. São 27 profissionais distribuídos pelos territórios de identidade da Bahia, eles auxiliam na realização das atividades, bem como no funcionamento do colegiado territorial, na disseminação das ações e efetivação das políticas públicas.

Os ADTs exercem um papel fundamental no colegiado territorial, além de relatórios e atividades internas. Eles auxiliam nas organizações das atividades, na execução delas, desde a logística da estrutura dos eventos, a mobilização dos atores, e ainda na mediação de possíveis conflitos. Os ADTs são uma das pontes de acesso dos colegiados territoriais com o Governo do Estado, figura indispensável para promoção do desenvolvimento territorial, que por sua

vez requer um destaque maior, pelo trabalho que realiza com excelência.

As atividades do colegiado territorial são feitas através do Núcleo Diretivo do colegiado com apoio do ADT, desta forma são realizadas reuniões ordinárias e extraordinárias de planejamento das ações para tomada de decisão e elaboração de propostas territoriais, além de seminários informativos para execução de políticas públicas como Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Política Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Garantia Safra, projetos institucionais como no caso dos Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios - PROINF, dentre outras conferências (ATER, assistência social, segurança alimentar, juventude, mulheres, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, ciência e tecnologia), escuta para o Plano Plurianual Participativo-PPA-P, seminários, cursos etc.

No ano de 2015, o Território Vale do Jiquiriçá foi contemplado com o projeto de extensão Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), cuja finalidade era fortalecer as ações institucionais da política de desenvolvimento territorial do Vale do Jiquiriçá, através de ações de pesquisa e de extensão universitária que contribuíram para a construção de conhecimentos voltada para o desenvolvimento de capacidades humanas e organizacionais no processo da gestão social.

O projeto NEDET apoiou e desenvolveu diversas ações para fortalecimento do colegiado, tais como o custeio das despesas (alimentação, hospedagem, transporte) visando garantir a participação da sociedade civil, o fortalecimento das câmaras técnicas, realização de seminários em diversas áreas (mulheres, agricultura, meio ambiente), feiras feministas da agricultura familiar, bem como ações que promovesse a diminuição do êxodo rural e fortalecesse a autonomia de mulheres e jovens do campo. O projeto foi elaborado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e durou cerca de três anos. Nesse período foi possível sanar diversas mazelas existentes na discussão da política territorial, isso inclui a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - PTDRSS, que demorou quase 12

anos para ser finalizado.

Mediante a tantas ações é possível perceber o esvaziamento que vem ocorrendo nas atividades do CODETER, o que fragiliza o colegiado, e conseqüentemente vai de encontro com o que diz a Lei que rege a Política de Desenvolvimento Territorial.

Segundo o Art. 2º da Lei 13214/2014, a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia observará os princípios previstos na Constituição Federal e na Constituição Estadual, bem como nas normas específicas aplicáveis para garantia do desenvolvimento territorial sustentável e solidário, em especial os seguintes princípios: “I - da dignidade humana; II - do desenvolvimento sustentável; III - da solidariedade; IV - da justiça social e ambiental; V - da função socioambiental da propriedade; VI - da participação social; VII - da cooperação.”. (BAHIA, 2014)

Corroborando com esta discussão, Rios (2018, p. 227), disserta que:

os territórios de identidade inserem-se na Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia (seja no espaço urbano ou rural), cujo objetivo macro é a promoção do desenvolvimento territorial, democrático, sustentável e solidário, através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais visando à melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com a SEPLAN, a abordagem territorial revelou um avanço para o planejamento público na Bahia, pois, não apenas revela e considera toda a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente no estado como também, estabelece um novo paradigma na gestão governamental, iniciativa que possibilitou a participação social no ciclo de planejamento e gestão das políticas públicas.

Desta forma, entendendo que o desenvolvimento territorial é um dos caminhos para uma estratégia de transformação social, ao mesmo tempo é capaz de transformar desigualdades, exclusões e lógicas de dominação.

EMBLEMAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COTEVAJI

Para elucidar a proposta da participação aqui proposta, faz-se necessário embasarse na construção dialogada da gestão social como premissa da construção de espaços democráticos. Godim, Fischer e Melo (2006, p.4) implicam que a gestão social se regula através da mobilização dos atores na tomada de decisão, resultando essas relações em parcerias intra e inter organizacionais, com base na valoração de estruturas participativas e descentralizadas, visando alcançar “[...] um bem coletivamente planejado, viável e sustentável a médio e longo prazo.”.

A gestão social delinea-se também como dispositivo que reafirma a comunicação e a troca na construção de espaços participativos sustentáveis. (PIMENTEL, 2010, p. 12) elenca que “[...] a gestão social seria o único enclave onde o processo de comunicação ocorreria de modo pressuposto, de forma dialógica, havendo assim a participação efetiva dos diferentes atores no processo interacional de comunicação.”.

Na construção desse espaço de atuação, França Filho (2008) destaca que o ambiente da gestão social seria próprio das organizações da sociedade civil, onde a ascensão desse debate, parte da premissa sob a forma de atuação da sociedade civil, na busca do alcance dos objetivos públicos. Com base nesse aspecto é possível então salientar que as participações sociais fomentadas pelos colegiados territoriais visam o caminho de alguns atores sociais à apropriação da gestão social.

A Participação Social é um fator primordial para o funcionamento de qualquer instância de caráter coletivo e, segundo Bordenave (2013), a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa e solidária.

A participação pode vir a acontecer de diversas formas, a mais frequente é de modo voluntário, principalmente de atores que

vivem às margens da sociedade, desprovido de educação, saúde, infraestrutura dentre outros itens necessários para que o cidadão possa ter uma vida digna e com qualidade. É a participação nesses espaços que proporcionam aos indivíduos externos torna-se conhecedor da realidade alheia, principalmente quando estes fazem valer a voz concedida para ser falada, externando todas as mazelas e dificuldades vividas.

No entanto, para ter-se uma participação efetiva, se faz necessário um conjunto de ações e destaca-se a organização e a comunicação. Ambos auxiliados com a educação, oferecem uma qualidade participativa capaz de lidar com conflitos internos e externos, tornando os indivíduos conhecedor de sua realidade, fomentando a verdadeira causa de vir a participar, do porquê participar e como poder contribuir nos espaços a partir da participação.

Conforme Bordenave (2013, p. 22), a participação, etimologicamente, deriva da palavra parte, assim, pode ser configurada como tomar parte, fazer parte ou ter parte. Nessas expressões podem ocorrer diferentes significados, denotando-se os mesmos significados, porém nesse sentido, pode se ressaltar que “[...] é possível fazer parte sem tomar parte [...]”.

Certos espaços de poder estão sendo ocupados de forma aleatória e sem a finalidade a qual deveria ter. Muitos estão ali, sem saber o porquê estão tornando uma participação fragilizada, sem fazer valer o espaço ocupado, e a cada dia esses comportamentos vêm contribuindo para o enfraquecimento dos movimentos sociais bem como para os colegiados territoriais.

Ao se pensar a forma como tem sido delineado os espaços do diálogo, contínuo e sustentável, Cançado, et al (2011), parafraseando Pinho (2010), apresentam uma crítica sobre o funcionamento dos conselhos gestores: o problema “de funcionamento dos Conselhos Gestores consiste em: obrigatoriedade dos conselhos levando à participação por decreto, incapacidade dos conselheiros de representar suas instituições, desprestígio do Estado em relação a estas instâncias, dentre outras.” (PINHO apud CANÇADO, et al, 2011, p. 692)

O autor conclui que seria praticamente impossível que eles funcionem como se deseja nas atuais condições ou mesmo em situações ótimas. O autor reconhece, entretanto, que essas dificuldades são advindas de sua própria novidade, pois “[...] o Estado estaria aprendendo, ou tendo que aprender, a se abrir para a sociedade bem como esta teria que se instrumentalizar para forçar um diálogo efetivo com o Estado, o que representa, em ambos os casos, quebrar uma tradição historicamente constituída” (PINHO, 2010, p. 41)

Conforme apresentado, tais problemáticas caracterizam a dicotômica participação no colegiado do Vale do Jiquiriçá. Nesse mesmo embate os autores (PINHO apud CANÇADO, et al, 2011, p. 692) dialogam

Em síntese, uma das principais críticas aos Conselhos seria a tensão entre interesse individual/grupo e interesse coletivo/comunidade, que, segundo sua visão, seriam difíceis de separar e provavelmente incompatíveis. A implantação de um ambiente participativo e dialógico seria perigosa nestas condições, pois “há um risco elevado” da hegemonia da elite, que estaria mais preparada (PINHO, 2010, p. 46).

Enriquecendo a premissa da participação, pode afirmar-se que esta é uma característica inata do ser humano e apresenta a perspectiva de tornar-se aceitos/pertencentes nos espaços. Observa-se que no período que antecede o capitalismo essa premissa de pertencimento e partilha era mais forte do que a expressa atualmente. Com base na fragilidade das relações humanas e na liquidez da mesma, como afirma Baumam, verifica-se que a participação diluiu; contudo, nos anos que demarcam o crescimento dos regimes progressistas esta foi fomentada de maneira mais implicada. Vale destacar que a participação sempre foi uma característica que apresentou ameaças aos governos, quando estes se caracterizavam como ditadores.

Outra característica que potencializa o crescimento da participação foi o acirramento das disputas de trabalho e o embate crescente entre o capitalismo e a força de trabalho, colocando os sujeitos sociais numa situação de crescente vulnerabilidade. Observando-

se ainda as recorrentes crises do capital que deixavam os trabalhadores sem outros proventos financeiros necessários à sua sobrevivência, visto que tinham deixado suas terras e locais de origem ou vendido/arrendado suas terras para os capitalistas, num sonho utópico de estabilidade financeira.

Logo, “como nenhum homem é uma ilha e desde as suas origens o homem vive agrupado com seus iguais, a participação sempre tem acompanhado - com altos e baixos - as formas históricas que a vida social foi tomando.” (BORDENAVE, 2013, p. 11).

Pensando na participação como princípio deliberativo e demarcador da democracia, esta se expressa como base da gestão social “[...] garante o controle das autoridades por parte do povo, visto que as lideranças centralizadas podem ser levadas facilmente à corrupção e à malversação de fundos [...]”. Bordenave (2013, p. 13) implica ainda que depois da intensificação da participação dos atores sociais nas esferas deliberativas, o serviço público tem se empenhado em agir na horizontalidade, promovendo o planejamento participativo, dando enfoque a projetos relevantes para a população.

Observando os pressupostos apresentados pela participação como princípio ativo de envolvimento, destaca-se que são diversas as ações realizadas pelo território vinculadas às instâncias colegiadas. Podem-se destacar as iniciativas tomadas através da Câmara técnica de mulheres, a fim de fortalecer e dar visibilidades às mulheres que direta ou indiretamente tem contribuído para o desenvolvimento territorial com sua participação nesses espaços. Através dos Seminários de Políticas Públicas para Mulheres, realizado anualmente e que contempla temáticas escolhidas diretamente pelas mulheres para a valorização de sua identidade e fortalecimento da categoria na luta pela igualdade social e equidade de gênero.

Diante do exposto é possível realizar um comparativo em relação à participação em cada um desses seminários. O primeiro Seminário foi realizado em 2016, no Município de Mutuípe-BA, com a disponibilidade de refeição e transporte, logo pôde contar

com a participação de 92 pessoas. O tema abordado foi Violência contra as Mulheres.

No ano seguinte, 2017, dispo de apoio financeiro da prefeitura local do município de Maracás-BA e do projeto NEDET, a câmara técnica de mulheres pôde realizar uma atividade de excelência, em dois dias, trabalhando o tema Mulheres e agroecologia por uma soberania alimentar. Esta atividade contou com a participação de 202 pessoas no primeiro dia e 105 no segundo dia, sendo realizada uma visita de campo. Para isso, foi disponibilizado para todos os participantes, alimentação, transporte, hospedagem e ajuda de custo para quem morava fora do circuito da logística do transporte.

Através deste segundo seminário o número de mulheres participantes da câmara técnica aumentou cerca de 30% e com isso também o número de banco de sementes no território, resultado da visita de campo realizada no segundo dia.

Retornando ao município de Mutuípe em 2018, foi realizado o terceiro seminário, sem o esperado apoio institucional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE e dos governos municipal (Prefeitura Local) e estadual (Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres). Nessa terceira atividade foi possível perceber o esvaziamento, sendo justificado por muitas mulheres pela falta de estrutura financeira para pagar o transporte. Com o tema Trabalho Emprego e renda, esta 3ª edição contou apenas com a participação de 43 mulheres, o que enfraqueceu e muito o movimento a ponto de não ser realizada a 4ª edição, que seria em 2019 por falta de apoio financeiro total.

Em 2020, para não deixar perder tudo o que já havia sido conquistado, as mulheres reuniram-se pela Câmara técnica e resolveram através de recursos próprios, rifas, doações e muita coragem para realizar o 4º Seminário que aconteceu no município de São Miguel das Matas-BA, como tema “As Economias: Solidária, Feminista e Criativa” que contou com a participação de 70 pessoas.

Diante do exposto, é perceptível o quanto a participação depende de fomentos para que ela possa vir acontecer de fato. Os dois

primeiros seminários que contaram com apoio financeiro das instâncias governamentais e de projetos institucionais para custeio de alimentação, hospedagem e transporte tiveram uma alta participação que ocasionou em resultados positivos para o fortalecimento do protagonismo social e econômico das mulheres que compõem o território. Já os dois últimos seminários mostram a fragilidade do movimento e a necessidade de trabalhar ainda o processo de empoderamento das OSC, na dependência de terceiros para fomento de suas ações.

Com base ainda na discussão elencada, afirma-se a necessidade e trabalhar-se na esfera da sociedade civil organizada, visando sua autonomia, independência e autogestão. É necessário ainda o aumento do estímulo para o trabalho em rede e parcerias locais, regionais e estaduais, tanto da esfera pública como privada. A participação deve ser fomentada nas esferas públicas de poder, como princípio de apreensão do espaço e pertencimento dos sujeitos. Quanto à participação dos atores sociais, elenca-se que estes precisam ser também autônomos em seus processos construtivos, não devendo ficar na dependência de repasses públicos para suas implicações sociais.

Essa premissa reforça o que foi postulado por Bordenave (2013, p.72-73)

[...] pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão. A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade: a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar consequência; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causa [...] manejar conflitos. A qualidade é incrementada quando as pessoas aprendem a organizar e coordenar encontros, assembleias e mutirões [...].

Atenuando a discussão da implicação da participação no Colegiado Territorial, Rios (2018, p. 246) dispõe que

Pelos instrumentos dispostos na Lei nº 13.214/2014 para atuação na e pela categoria territórios de identidade, observa-se a intenção do legislador em alcançar desenvolvimento econômico compatível

com o uso sustentável dos recursos naturais, legitimados por uma proposta de democracia participativa de escuta e controle sociais. Contudo, enquanto política de desenvolvimento estadual, a Lei nº 13.214/2014 não firmou sua orientação social simétrica à Constituição Federativa, em que a garantia de conquista de dignidade humana requer contemplar um rol de direitos sociais fundamentais – elementos preambulares ao desenvolvimento local a partir da cidadania em seu valor ético-político.

Bordenave (2013) segue afirmando que o interesse participativo da sociedade nos últimos anos, tem se generalizado, considerando as novas tendências da sociedade moderna e os novos ditames impostos pela cultura capitalista que leva o ser humano ao individualismo massificador e atomizador, de acordo a crescente alienação.

Como já evidenciado em sua concepção etimológica, a participação pressupõe tomar, ter e fazer parte. Portanto, para efetivação e aplicação destes verbos que denotam ação, faz-se necessário reconhecer-se como pertencente e integrante do processo/ espaço. Tal fator pressupõe a construção e reconhecimento da/sobre identidade e pertencimento.

A motivação pela participação exprime ainda, uma satisfação pessoal e íntima que segundo Bordenave (2013), vai além dos resultados úteis da participação. Esta não se evidencia apenas como solução de problemas, mas, uma necessidade fundante do ser humano. Caracteriza-se ainda, como sendo o caminho natural do homem para “[...] realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo [...]”. Em geral, visa a interação dos homens e mulheres, a autoexpressão, o desenvolvimento e compreensão do pensamento crítico e reflexivo, a criação e recriação das coisas, bem como, a valorização de si mesmo pelos outros. (BORDENAVE, 2013, p. 14-16).

Uma das formas de efetivar a participação é o diálogo. Este atributo deve ser sempre considerado na promoção da participação. Acredita-se que no caso em vigência, o diálogo promove ao espaço uma real afirmativa de existência, onde os vetores participativos da COTEVAJI já teriam obtido

outro aspecto da consciência emancipatória promovendo a participação. Assim, destaca-se que o diálogo democrático, fundamentando a participação implica na “[...] superação de assistencialismos clássicos, habituados à convivência com a dádiva e a esmola.” (DEMO, 2009, p. 6)

Pedro Demo (2009, p.1) afirma que às vezes, “[...] a participação se coloca de modo conveniente.” Consequente, enfatiza que “[...] a participação é facilmente usada como massa de manobra de manipulação populista.” (DEMO, 2009, p. 2). Esta perspectiva evidencia o desinteresse da população em participar efetivamente dos espaços, ao perceberem que sua participação dos espaços é vista apenas como figurativa, evidenciando ainda a falta de voz e ativismo desses atores.

Ao observar o esvaziamento e a falta de participação nas reuniões do COTEVAJI, foi questionado a 33 (trinta e três) instituições (associações, cooperativas, grupos produtivos e alguns sindicatos) o motivo da ausência nas reuniões. Estes justificam em primeira instância a falta de recursos financeiros para custeio das despesas de alimentação, transportes e algumas vezes hospedagens para poderem garantir a presença/participação, outros alegam a falta de conhecimento das atividades, dizem não saber da realização, ainda trazem a dificuldade com a difusão das informações e comunicação.

Rememorando a afirmação discorrida por Bordenave (2013), alguns indivíduos tendem a participar dos espaços pensando em primeira instância em suas necessidades individuais. Logo, os participantes da COTEVAJI podem apenas só “participar” deste espaço, considerando as vantagens que possam ocorrer neste espaço de construção. Em geral, a assiduidade e comprometimentos dos membros após falta de incentivo financeiro público é baixa, haja vista que os benefícios e vantagens oferecidas pela organização aos sócios são quase irrisórios. Fundamentando que de forma enraizada no homem, este sente o desejo de fazer parte de algo, alguns dos sócios do empreendimento, fazem parte de outras organizações em outras

localidades, mostrando mais assiduidade e comprometimento com estes do que no empreendimento de sua comunidade.

Infelizmente os meios de comunicação utilizados atualmente vem limitando-se a apenas whatsapp como se todos tivessem acesso a essa ferramenta, deixando de lado a comunicação com rádio, divulgação nas reuniões comunitárias, dentre outras.

Muitos participantes alegam não ter conhecimento da política territorial, mesmo quando representantes da sua instituição participam das atividades; foi elencado ainda a falta de retorno das ações de planejamento, bem como a demora em ver os resultados nas propostas e projetos que acabam desmotivando a participação, mostrando que é desnecessário participar de um espaço sem resultados concretos. Pelos dados levantados outra implicação é a falta de formação no âmbito institucional sobre a diversidade social das políticas públicas.

Em algumas situações é perceptível a falta de interesse em se fazer presentes nas atividades. Segundo Demo (2009), muitas desculpas são justificativa do comodismo, já que participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias.

GRÁFICO 1 – Intercorrência da participação



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

O gráfico 1, elucida as principais intercorrências na sustentabilidade da participação na COTEVAJI. Dos 33 representantes da sociedade civil que relataram as principais

dificuldades encontradas para participação no colegiado, a maioria deles responderam que a falta de recursos financeiros impossibilita a sua participação, já que eles terão que renunciar a um dia de trabalho para poder custear as suas despesas com alimentação e transporte e que muitas vezes é mais caro do que sua diária trabalhada. Outro ponto que muito chama atenção é quando eles dizem que não participam assiduamente porque desconhecem a política territorial, mesmo quando se sabe que vários investimentos já foram feitos em formação para os representantes das instituições conhecerem a funcionalidade da política territorial.

A partir daí é questionável de que maneira essas instituições têm participado deste processo construtivo e coletivo, já que os mesmos alegam desconhecimento do assunto, o qual eles deveriam ter ciência da importância da coletividade. Não adianta fazer movimentos se a participação é figuradamente ilustrativa, e se não se faz jus ao espaço ocupado.

Mas sem a participação, não é possível ter êxito nas ações, participar é um passo mais que importante para a construção de um mundo melhor, onde a igualdade e a equidade seria pauta principal neste processo de construção coletiva/participativa.

Diante do explanado, compreende-se que a participação é um ponto estratégico para o fortalecimento e empoderamento social do Colegiado Vale do Jiquiriçá. Identificando estes gargalos, se faz necessário que haja uma organização política e social, entre os segmentos participantes para criação estratégias capazes de resolver os problemas encontrados, e que venha possibilitar a reintegração efetiva daqueles que por algum motivo descreditaram da Política Territorial.

ASPECTOS CONCLUSIVOS

Através desta discussão foi possível analisar o processo participativo da sociedade civil no Colegiado Territorial do Vale Jiquiriçá, e os gargalos que promovem o esvaziamento dos espaços de discussões, planejamento

coletivo e da participação social.

Fica claro que as instâncias do colegiado são os espaços onde os atores representantes da sociedade civil e poder público se reúnem para discutir, planejar, monitorar ações e implementar as políticas públicas e programas sociais com a proposição de efetivar a política de desenvolvimento territorial. Infelizmente a falta de estrutura, ocasiona o mau funcionamento das instâncias, isso porque os atores representantes das entidades alegam dificuldades com transporte, informação, conhecimento sobre o território e outros fatores considerados relevantes, que estão proporcionando o esvaziamento gradativo do CODETER, enfraquecendo-o.

Por outro lado, fora possível perceber que mesmo quando se busca agir de maneira participativa e coletiva, ainda é muito difícil de exercitar a democracia, já que mesmo tendo espaços, vez e voz, muitos presentes não o fazem, o que evidencia que o seu lugar de fala, configura-se apenas um espaço ocupado de forma figurativa. Os espaços precisam sim ser ocupados, mas por outro lado, se faz necessário fazer valer o espaço ocupado, os tornando protagonistas de sua própria história.

Neste aspecto, é perceptível a necessidade de formação desses atores para potencializá-los quanto à necessidade de se lutar pelos direitos, tornando-os cidadãos críticos com autonomia para buscar aquilo que deveria ser seu por direito. A educação dialética e embasa na práxis freiriana, verdadeiramente é o caminho.

É de extrema importância que tenhamos um colegiado forte, participativo capaz de realizar ações que promovam o desenvolvimento sustentável local e regional, fortalecendo as instâncias colegiadas através do protagonismo juvenil, feminino e rural, na formação de líderes participativos e eficazes na concretização de suas ações.

Assim, se faz necessário que a organização social seja fomentada a ponto de suas entidades aprenderem a caminhar independente de governo, que se tornem protagonistas de sua própria história e que juntos possam formar trilhas novos caminhos em busca da efetivação das políticas

públicas e da emancipação social. É preciso que o entendimento sobre a participação social seja entendida, e assim disseminada para um melhoramento na funcionalidade dos colegiados territoriais, no que tange a participação efetiva da sociedade civil, e isso só será possível através de formações educacionais relacionadas à temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARGOSA. Plano De Desenvolvimento Rural Sustentável PTDRS. UFRB: Amargosa, 2016.

BAHIA. Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – Cedeter e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – Codeter's. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Salvador, BA, a. XCIX, n. 21605, seção 1, p. 06-08, 30 de dezembro de 2014.

_____. Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015. Institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Salvador, BA, a. C, n. 21846, p. 01, 30 de dezembro de 2015.

_____. COTEVAJI. Regimento Interno. UFRB: Amargosa: 2016.

_____. Política de Desenvolvimento Territorial. SEPLAN: 2010. Disponível em: https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDS_Territorio_Vale_do_Jiquirica.pdf. Acesso em 20/10/2020.

BODERNAVE, Juan E. O que é Participação?

São Paulo: Brasiliense, 2013.

CANÇADO, Airton Cardoso. Gestão Social: epistemologia de um paradigma. Curitiba: Editora CRV, 2013.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cad. EBAPE.BR, v. 9, nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, Set. 2011 p.681–703.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez: 6ª ed, 2009.

DIAS, Wilson. Territórios de Identidade e Políticas Públicas na Bahia. Feira de Santana: Zarte, 2016

DIAS, W. V. et al. Territórios de identidade: um novo caminho para o desenvolvimento rural sustentável na Bahia. Feira de Santana – BA: Gráfica Modelo, 2006. 120p.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: Silva Jr, Jeová; Mâsih, Rogério et al (Orgs.). Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GONDIM, S.; FISCHER, T. M. D.; MELO, V. P. Formação em Gestão Social: um olhar crítico sobre a experiência de pós-graduação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, nº 30, 2006, Salvador, Brasil, 23 a 27 de Set. Anais... Salvador: ANPAD, 2006. p.1-16.

PEREIRA, Potyara A. P. A utilidade da pesquisa para o serviço social. Serviço Social & Saúde, v.4 n.4, p.1-156. Campinas: Maio, 2005.

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves; PIMENTEL, Thiago Duarte. Gestão Social:

Perspectivas, Princípios e (De)Limitações. VI Encontro de estudos Organizacionais da ANPAD. Florianópolis/SC , 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo418.pdf>. Acesso em 14/03/2021.

RIOS, Sadraque Oliveira. Desafios à categoria “território de identidade”: uma análise da proposta de desenvolvimento instituída pela lei baiana nº 13.214/2014. Revista da AJURIS – Porto Alegre, v. 45, n. 145, Dezembro, 2018.

SEM, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. CIA de Letras: São Paulo, 2010.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez: 2ª ed, Autores Associados, 1986.